



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Heloisa Helena - REDE/RJ

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026
(Das Senhoras Heloísa Helena e Duda Salabert)

Institui o Programa Nacional de Amparo Integral aos Protetores de Animais e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em todo o território nacional, o Programa Nacional de Amparo Integral aos Protetores de Animais, com objetivo de promover o bem-estar animal e oferecer suporte integrado aos protetores independentes, reconhecendo sua função social de interesse público.

Parágrafo único. Considera-se protetor de animais a pessoa física que, de forma não lucrativa, desenvolva atividade comprovada de resgate, acolhimento, cuidados veterinários ou promoção de adoção responsável.

Art. 2º Constituem Diretrizes do Programa:

I – integração com o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as políticas de saúde mental;

II – cooperação federativa;

III – parcerias com setor privado e terceiro setor;

IV – transparência e controle social.

Art. 3º. Compete à União criar e manter o Sistema Nacional de Informações dos Protetores de Animais, com cadastro único nacional, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, com descentralização de acesso aos demais entes federados.

Parágrafo único. As informações fornecidas ao Sistema Nacional de Informações dos Protetores Animais são de responsabilidade do declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas sem prejuízo de outras previstas na legislação, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.

Art. 4º Terão prioridade no Programa os protetores que se enquadrem em um ou mais dos seguintes critérios:

I – renda familiar mensal per capita de até 1 (um) salário mínimo;

II – renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos;





III – facilitação de acesso a serviços de saúde animal;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Heloisa Helena - REDE/RJ

IV – apoio logístico;

V – acesso a linhas de microcrédito.

§ 1º Os benefícios previstos neste artigo não geram direito subjetivo à continuidade nem caracterizam vínculo empregatício ou previdenciário.

§ 2º A concessão dos apoios estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º O Programa promoverá ações de qualificação e formação continuada destinadas aos protetores de animais.

Parágrafo único. As ações de qualificação poderão ser desenvolvidas:

I – por meio de plataforma digital de ensino a distância, no âmbito da administração pública federal;

II – em cooperação com instituições públicas de ensino superior, institutos federais e escolas de governo;

III – mediante parcerias com entidades da sociedade civil e organismos especializados;

IV – por meio de programas de mentoria, intercâmbio e atualização técnica.

Art. 8º O Programa poderá ser financiado por recursos provenientes de:

I – dotações consignadas anualmente na Lei Orçamentária da União, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – recursos oriundos de multas ambientais federais, conforme percentuais e critérios definidos em regulamento, respeitada a legislação vigente;

III – doações de pessoas físicas e jurídicas, na forma da legislação tributária aplicável;

IV – cooperação internacional e parcerias com organismos multilaterais;

V – outros recursos legalmente disponíveis.

Parágrafo único. A execução financeira do Programa observará as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor Nacional do Programa Nacional de Amparo Integral aos Protetores de Animais, com caráter consultivo, composto por:

I – 40% de Representantes do Governo Federal;





Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apresentação: 02/02/2026 19:39:09.043 - Mesa

PL n.136/2026



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/CD/20230812/005>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Heloísa Helena e outros





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir o Programa Nacional de Amparo Integral aos Protetores de Animais e dá outras providências, com objetivo de promover o bem-estar animal e oferecer suporte integrado aos protetores independentes, reconhecendo sua função social de interesse público.

Os protetores independentes desempenham um papel fundamental na proteção de animais em situação de abandono, violência e vulnerabilidade. Em todas as regiões do país, milhares de pessoas dedicam tempo, recursos pessoais e esforço físico e emocional ao resgate, alimentação, tratamento, castração e acolhimento de animais que, sem esse trabalho voluntário, estariam completamente desassistidos.

Apesar da relevância social de suas ações, a ampla maioria desses protetores atua sem qualquer apoio psicológico, material ou institucional. Enfrentam sobrecarga emocional, dificuldades financeiras, exaustão física e exposição constante a situações de sofrimento, perda e estresse prolongado; com cada vez mais casos de adoecimento mental severo, incluindo depressão, burnout e suicídio.

O Programa Nacional de Amparo Integral aos Protetores de Animais, ora proposto, busca enfrentar essa lacuna histórica por meio de um conjunto articulado de ações: criação de um cadastro nacional; integração com o SUS, SUAS e políticas de saúde mental; oferta de atendimento psicológico; apoio material e logístico; acesso a insumos e serviços veterinários; parcerias com universidades e entidades especializadas; e mecanismos de formação continuada. A proposta também estabelece critérios de priorização que garantem foco nos protetores em maior vulnerabilidade socioeconômica, assegurando justiça social e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Ao reconhecer formalmente a função social dos protetores de animais, o Estado brasileiro avança no cumprimento de princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a proteção do meio ambiente, a promoção da saúde e o dever de coibir práticas cruéis contra animais. Trata-se de uma medida alinhada às diretrizes contemporâneas de bem-estar animal.

Diante do exposto, entende-se que a aprovação deste Projeto de Lei é medida que reconhece a função social desempenhada pelos protetores de animais e fortalece as políticas públicas, promovendo saúde, dignidade humana e bem-estar coletivo.

Sala das Sessões, ____ de janeiro de 2026.

Deputada **HELOÍSA HELENA**
Rede/RJ

Deputada **DUDA SALABERT**
PDT/MG





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Projeto de Lei

Deputado(s)

- 1 Dep. Heloísa Helena (REDE/RJ)
- 2 Dep. Duda Salabert (PDT/MG)

Apresentação: 02/02/2026 19:39:09.043 - Mesa

PL n.136/2026



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262388121800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Heloísa Helena e outros